

Estudo Técnico Preliminar 11/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 08220.001017/2024-87

2. Descrição da necessidade

Aquisição continuado de materiais de consumo para a Superintendência Regional da Polícia Federal do Acre, que visa suprir a demanda de carimbos automáticos de assinaturas, datados, e outros, para os diversos setores operacionais e suas delegacias descentralizadas, e consumo pelos servidores, colaboradores e atendimento ao público.

O fornecimento continuado do material de consumo justifica-se pela necessidade de proporcionar condições essenciais ao bom funcionamento e desenvolvimento das funções no Edifício Sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre e suas Delegacias Descentralizadas nas suas atividades meio e fim.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
NUMAT/SELOG/SR/PF/AC	ALZIR FERREIRA SOARES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Aquisição dos carimbos se darão conforme a demanda dos solicitantes, estimando-se anualmente adquire o quantitativo abaixo:

	ITEM	QUANT.	UNI. DE MEDIDA	DESCRIÇÃO
	1	50	UNI	CARIMBO AUTOMÁTICO L 10 (10X27) mm COM BRASÃO DA PF
	2	50	UNI	CARIMBO AUTOMÁTICO L 20 (14X38) mm COM BRASÃO DA PF
	3	50	UNI	CARIMBO AUTOMÁTICO L 30 (18X48) mm COM BRASÃO DA PF
	4	50	UNI	CARIMBO AUTOMÁTICO L 40 (40X78) mm COM BRASÃO DA PF
	5	10	UNI	CARIMBO AUTOMÁTICO L 50 (30X69) mm COM BRASÃO DA PF
	6	10	UNI	CARIMBO AUTOMÁTICO L 55 (40X60) mm COM BRASÃO DA PF
	7	10	UNI	CARIMBO AUTOMÁTICO R 30 (30X30) mm COM BRASÃO DA PF

GRUPO 01				
	8	10	UNI	CARIMBO DATADOR M 43 Q (43X43) mm COM BRASÃO DA PF

5. Levantamento de Mercado

Relatório de Cotação: CARIMBOS
Pesquisa realizada entre 28/02/2024 11:24:53 e 28/02/2024 12:24:04
Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

6. Descrição da solução como um todo

Aquisição continuado de materiais de consumo para a Superintendência Regional da Polícia Federal do Acre, que visa suprir a demanda de carimbos automáticos de assinaturas, datados, e outros, para os diversos setores operacionais e suas delegacias descentralizadas, e consumo pelos servidores, colaboradores e atendimento ao público.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

GRUPO 01	ITEM	QUANT.	UNI. DE MEDIDA	DESCRIÇÃO
	1	50	UNI	CARIMBO AUTOMÁTICO L 10 (10X27) mm COM BRASÃO DA PF
	2	50	UNI	CARIMBO AUTOMÁTICO L 20 (14X38) mm COM BRASÃO DA PF
	3	50	UNI	CARIMBO AUTOMÁTICO L 30 (18X48) mm COM BRASÃO DA PF
	4	50	UNI	CARIMBO AUTOMÁTICO L 40 (40X78) mm COM BRASÃO DA PF
	5	10	UNI	CARIMBO AUTOMÁTICO L 50 (30X69) mm COM BRASÃO DA PF
	6	10	UNI	CARIMBO AUTOMÁTICO L 55 (40X60) mm COM BRASÃO DA PF
	7	10	UNI	CARIMBO AUTOMÁTICO R 30 (30X30) mm COM BRASÃO DA PF

	8	10	UNI	CARIMBO DATADOR M 43 Q (43X43) mm COM BRASÃO DA PF
--	---	----	-----	-----------------------------------------------------

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 10.949,60

Valor Unitário R\$ 64,45

Nº

Preço

Site Domínio Amplo Identificação

Data/Hora

Inclusão

Preço

1 Carimbos Mamancial Anexo 3 28/02/2024

12:25:35

R\$ 68,90

2 Doutor Carimbos Anexo 2 28/02/2024

12:25:23

R\$ 98,94

3 Carimbaria Brasil Anexo 1 28/02/2024

12:25:14

R\$ 75,00

Valor Unitário R\$ 80,95

Valor Global: R\$ 10.949,60

Detalhamento dos Itens

Preço Estimado: R\$ 30,57 (un) Percentual: - Preço Estimado Calculado: R\$ 30,57 Média dos Preços Obtidos: R\$ 30,57

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não há .

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Sem informação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação vai ao encontro das diretrizes traçadas no Plano Estratégico da Polícia Federal 2024/2027, objetivando a implantação de uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficiência e da efetividade das atividades e dos serviços prestados.

Nesse sentido, a contratação também se justifica estrategicamente, pois está de acordo com os Objetivos Estratégicos institucionais da PF de "enfrentar a criminalidade com eficiência", e com o "Plano Tático-Operacional" 2024/2025 da Diretoria Técnico-Científica - DITEC que estabelece o objetivo de "produzir prova técnico-científica com tempestividade" alinhado ao KR estratégico de "diminuir em 10% o tempo médio de atendimento das requisições periciais"

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com este ETP pretende-se atender às demandas, através de processo licitatório, de compras de gás hélio e manutenção dos cilindros de gás, conforme solicitado no termo de referência, com o propósito de viabilizar a continuidade das atividades de perícias criminais na identificação de substâncias entorpecentes.

13. Providências a serem Adotadas

Diante de todo o exposto, declaramos que não há providências a serem tomadas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não há previsão de impacto ambiental, visto que os serviços pretendidos não causam modificação prejudicial ao equilíbrio do ambiente físico ou social das localidades abrangidas pela prestação.

14.2. Considerando o que dispõe o artigo 7º, XI, da Lei nº. 12.305/10, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, é imperioso que os bens e serviços envolvidos nesta contratação considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

14.3. Todos os processos envolvidos na execução desse objeto, sejam de extração, fabricação, utilização ou descarte de materiais e serviços, devem estar revestidos da preocupação com a sustentabilidade ambiental e totalmente de acordo com as imposições normativas editadas pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

14.4. A Contratada deverá buscar que seus colaboradores adotem, cada vez mais, as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços:

14.4.1. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

14.4.2. Manter programa interno para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

14.4.3. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados e destiná-los à coleta seletiva municipal ou às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, para reciclagem, quando couber, nos termos do Decreto nº.10.936/2022.

14.5. Quanto aos serviços prestados, serão exigidos, no que couber, os seguintes critérios de sustentabilidade:

14.5.1. use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

14.5.2. adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

14.5.3. Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

14.5.4. forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
14.5.5. realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

UASG 200380 Estudo Técnico Preliminar 3/2024

5 de 6

14.5.6. realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

14.5.7. respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

14.5.8. preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

14.6. Quanto da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

14.6.1. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

14.6.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

14.6.3. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

14.6.4. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

14.7. A comprovação do disposto no item e subitens anteriores poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

14.8. A presente aquisição tem que atender as condições de sustentabilidade descritas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União, publicado no sítio eletrônico da Advocacia-Geral da União.

14.9 A Superintendência de Polícia Federal no Ceará não possui Plano Diretor de Logística Sustentável como instrumento de governança aprovado, sendo adotado os critérios de sustentabilidade constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, conforme o artigo 6º, I da Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021 e a Instrução Normativa MPOG nº 10/2012.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara esta contratação.viável

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. O presente planejamento atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

15.2 Assim, declaramos a viabilidade da contratação, e recomendamos a contratação na forma proposta.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALZIR FERREIRA SOARES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 26/04/2024 às 10:26:36.

CARLOS ROCHA SANCHES

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 02/05/2024 às 18:48:04.